



CORPOS EM DISSIDÊNCIA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS EM TEMPOS DE DISCURSO DE ÓDIO: CONVERSÇÕES COM A PROFA. DRA. MEGG RAYARA GOMES DE OLIVEIRA

Vilma Nonato de Brício¹

Nesta edição da Revista Diversidade e Educação, com o **Dossiê Corpos dissidentes nos espaços educativos em tempos de discurso de ódio**, temos a honra de entrevistar Megg Rayara Gomes de Oliveira, professora universitária, doutora, pesquisadora, paranaense, travesti, mulher, negra, heterossexual, ativista. Megg Rayara Gomes de Oliveira possui graduação em Licenciatura em Desenho e Especialização em História da Arte pela Escola de Música e Belas do Paraná; Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Em 2017, tornou-se a primeira travesti negra a obter o título de doutora no Brasil. Em 2018, Megg Rayara foi indicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná ao prêmio CAPES de melhor tese de 2017. Em 2019, foi nomeada como professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professora no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná. Está Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná. Está Coordenadora de Políticas Afirmativas na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da Universidade Federal do Paraná. Está Coordenadora da Comissão de Políticas Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Está Coordenadora dos Consórcios de NEABs da região sul. Em janeiro de 2019, foi lançado o curta-metragem “Megg - A

¹ Professora da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI).

margem que migra para o centro”, que expressa suas trajetórias de lutas e conquistas. Em 2020, recebeu o título de Cidadã Curitibana, como forma de reconhecimento por lutar pela representatividade das mulheres trans e negras e pela garantia dos direitos. Megg Rayara produz experiências e experimentações potentes em sua (re)existência, capazes de “fazer da vida uma obra de arte”², transformando modos de viver e de ser, que conferem um sentido ético-político, capaz de (trans)formar a si e o mundo.

Inicialmente, gostaria de agradecer o seu aceite para participar do “Dossiê Corpos em dissidência nos espaços educativos em tempos de discurso de ódio” como Pesquisadora entrevistada, pois reconhecemos a relevância de suas pesquisas, seu ativismo, suas resistências e suas lutas. Fiz uma breve apresentação da Profa. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira, não com o propósito de fixar suas identidades, mas para dar visibilidade as suas “posições de sujeita”, marcadas por processos de lutas e resistências que se interseccionam.

1. Em sua tese de doutorado “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”, publicada em 2017, você analisou, a partir do método (auto)biográfico, as experiências de professores negros articuladas às experiências de sua trajetória pessoal, como docente e como pesquisadora. A partir suas pesquisas e suas experiências, de que modos o espaço escolar produz efeitos em corpos em dissidência? Como você percebe os espaços nas escolas para crianças em dissidências com o corpo, gênero e sexualidade?

A escola é um espaço normalizador, tomando como modelo único de existência a branquidade e a cisgeneridade heterossexual.

Há uma imposição cotidiana dessa norma na expectativa de que as pessoas que integram o sistema educacional se adequem a ela, resultando em um espaço extremamente hostil a todas as pessoas negras, especialmente LGBTQTs.

Essa normatização opera com mais violência sobre as crianças, justamente porque não são vistas como sujeitas.

As crianças são interpretadas como pessoas incompletas, em transição, um projeto de futuro que precisa ser analisado e aperfeiçoado pelas pessoas adultas. A única possibilidade de futuro que pode ser aceitável é aquela que não desafia as normas da cisgeneridade heterossexual branca. Assim, o espaço escolar procura assegurar que essas

² Michel Foucault na fase de suas pesquisas sobre o domínio ético, do ser-si, delineou a noção de “vida uma obra de arte” tributária de Nietzsche.

normas sejam reiteradas e atualizadas, cotidianamente, sendo identificadas nos materiais didáticos, paradidáticos, nas imagens que decoram a escola, no vestuário, no reforço ao binarismo de gênero, nos discursos que biologizam os gêneros.

As crianças em dissidência de raça e de gênero estão na mira dos discursos normatizadores e quando a escola constata que essas crianças estão, em maior ou menor proporção, resistindo a essas investidas, automaticamente, são patologizadas. É muito comum o encaminhamento de crianças em dissidência de gênero e de sexualidade para acompanhamento com profissionais da psicologia.

2. Que pesquisas você que tem realizado na atualidade? De que modos suas pesquisas reverberam nas “posições de sujeita” construídas em suas trajetórias pessoal e profissional?

Tenho me dedicado a discutir TRANSCESTRALIDADES NEGRAS, no Brasil, nos países da diáspora e no continente africano, especialmente até o século XIX.

Venho há algum tempo questionando a normatização da negritude, a partir da imposição da cisgeneridade heterossexual, durante o violento processo de invasão e colonização da América e da África.

Embora concorde que o debate DECOLONIAL seja importante, venho questionando o silêncio a respeito do debate sobre a colonização do gênero. Isso tem me deixado bastante incomodada, já que muitas pesquisadoras negras e muitos pesquisadores negros que trabalham a partir de uma perspectiva decolonial têm deixado as questões de gênero de fora, naturalizando a cisgeneridade heterossexual como algo dado, natural.

Dessa maneira, ignoram a população negra LGBT em suas pesquisas e suas contribuições nas lutas contra o racismo. É fundamental destacar que, assim como a raça, o gênero também é resultado de uma construção social e histórica.

Ao questionar o conceito de ANCESTRALIDADE da maneira como ele vem sendo utilizado, afirmo que ele deixa muitas lacunas abertas, deixa muitas pessoas de fora, exigindo um revisionismo a respeito de sua origem e de sua aplicabilidade.

Identifico o uso desse conceito em muitas áreas dos estudos das relações étnico-raciais, mas é no trabalho de algumas autoras trans negras estadunidenses que identifiquei debates a respeito dos limites e das lacunas produzidas por sua normatização.

Para questionar os limites presentes no conceito de ANCESTRALIDADE, tive que buscar referências em outros campos, como por exemplo, nos estudos feministas, no feminismo negro, nos estudos gays e, mais recentemente, na teoria transfeminista.

Minhas problematizações têm sensibilizado muitas pessoas que trabalham com os estudos das relações étnico-raciais, principalmente mulheres cis mais flexíveis a esses tensionamentos. É fundamental que se coloque em debate as questões de gênero dentro dos estudos das relações étnico-raciais e também nas pautas do movimento social de negras e negros, assim como é fundamental levar o debate de raça para os estudos de gênero e para o movimento LGBT, ou seja, adotar posturas interseccionais, tanto na pesquisa, quanto na militância.

3. Os discursos de ódio racistas, LGBTfóbicos, transfóbicos, sexistas têm se intensificado no Brasil desde o golpe jurídico-parlamentar, ocorrido em 2016, sobretudo em decorrência de políticas de inclusão de pessoas negras, homossexuais, pobres, quilombolas, entre outros grupos subalternizados. Como você vê os efeitos produzidos pelos discursos de ódio da atualidade em sujeitas que exprimem identidades femininas, como travestis e mulheres transexuais?

Na verdade, pouca coisa mudou para a comunidade de travestis e mulheres transexuais, pois sempre estivemos à margem da margem. O Brasil segue liderando o ranking de assassinatos de travestis e mulheres transexuais, inclusive no período de pandemia, mantendo a expectativa de vida dessa população em torno dos 35 anos.

As poucas conquistas observadas em anos anteriores não foram capazes de modificar, significativamente, o quadro de exclusão, especialmente no sistema educacional e no mercado formal de trabalho.

De acordo com os dados coletados pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 92% das pessoas trans femininas continuam recorrendo à prostituição para ter alguma renda. A prostituição deveria ser uma possibilidade e não um destino.

Os discursos de ódio dirigidos à comunidade trans sempre existiram dentro das famílias, no sistema educacional, no mercado formal de trabalho, autorizando e/ou justificando, em certa medida, as violências simbólicas ou físicas.

É importante, porém, considerar que a violência também é atualizada.

Apesar da exclusão que vivenciamos, cotidianamente, algumas travestis e mulheres trans conseguiram furar essa bolha e conquistar espaços importantes no espaço

acadêmico. É um número pequeno, mas com uma produção intelectual bastante significativa, que tem impactado os estudos de gênero em todo o país.

A conquista dessas pesquisadoras, celebrada por boa parte da academia, fez, no entanto, que algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores de gênero produzissem ataques contra elas, justamente por conta do deslocamento que elas vêm produzindo. Ou seja, até recentemente, pesquisadoras e pesquisadores cisgêneros dominavam todos os espaços nos estudos de gênero e, agora, se veem diante de pessoas que até então eram tratadas como “objetos” de estudos, disputando narrativas e produzindo epistemologias.

Essa situação tem gerado enfrentamentos acalorados, revelando a postura transfóbica de estudiosas/os que sempre pesquisaram pessoas trans, mas não querem dividir o espaço acadêmico com elas.

Afirmo que a existência de travestis e mulheres transexuais, especialmente negras, sempre se deu no campo da resistência e esse período não tem sido muito diferente.

4. De que modos os discursos de ódio da atualidade se aliam aos discursos religiosos tradicionais e aos discursos políticos partidários neoconservadores para construir narrativas de banalização das vidas trans, aumentando casos de transfeminicídios?

É como disse anteriormente. Mudou muito pouco nesse período e os números de assassinatos motivados por transfobia, infelizmente, seguem muito altos, mantendo a média de anos anteriores. A diferença é que as pessoas transfóbicas, racistas, classistas etc. se sentem protegidas pelo governo atual, tanto para produzir e disseminar discursos de ódio, quanto para adotar atitudes preconceituosas, inclusive de forma violenta.

Tal situação também se relaciona à crença na impunidade, mesmo porque é muito difícil que alguém seja condenado, no Brasil, por discursos racistas e/ou transfóbicos, da mesma maneira que é muito improvável que alguém seja processado e condenado por crime de ódio.

A justiça brasileira, formada basicamente por pessoas brancas, cisgêneras, heterossexuais, é extremamente seletiva, racista e classista, e atua de maneira a proteger os seus iguais.

Cada sentença a favor de pessoas racistas e/ou transfóbicas é um estímulo para a prática desses crimes, identificados, inclusive, em inúmeros discursos do sujeito que hoje ocupa a Presidência da República.

5. Que alianças podem ser construídas entre pessoas cis e transexuais e travestis para dar visibilidade às existências e lutas transfemininas e à valorização das crianças em dissidências com o corpo, gênero e sexualidade?

A maioria absoluta das crianças, cis e trans, brancas e negras etc. nasce em famílias ciscentradas e é fundamental que as pessoas responsáveis por essas crianças entendam que o amor, o afeto, o acolhimento, a proteção não podem estar condicionados às expectativas criadas pelos adultos.

A partir do momento em que a pessoa gestante é informada a respeito do sexo biológico do bebê, imediatamente se aciona a categoria gênero. Uma série de tecnologias a serviço da cisgeneridade normativa é acionada: escolha do nome, compra de roupas e brinquedos, o uso de pronomes binários, eliminando-se qualquer outra possibilidade de existência.

Até o momento em que a criança tenha possibilidade de se manifestar e reivindicar um determinado gênero, alinhado ou não com sua anatomia biológica, as pessoas adultas que estão a sua volta já traçaram caminhos por onde ela deveria seguir, sem nenhum questionamento.

A grande dificuldade que as crianças trans enfrentam, então, se relaciona com a biologização do gênero e com as expectativas depositadas em seus órgãos genitais.

À medida que essas crianças questionam o gênero hetero atribuído a elas, questiona-se também a autoridade das pessoas adultas em decidir por elas, justamente porque esse questionamento envolve também o projeto de futuro construído pelas famílias.

É fundamental que as crianças não sejam tratadas como propriedades, como artefatos biopolíticos a serviço das técnicas disciplinares das pessoas adultas.

É necessário que a criança seja tratada como sujeita de direito e que suas reivindicações relativas à identidade de gênero sejam respeitadas.

No entanto, para que possamos ter avanços de fato na maneira de se entender e tratar as infâncias, esse debate precisa ser feito em todos os espaços e, assim, desmistificar a travestilidade e a transexualidade, para que possa ser apenas mais uma possibilidade de existência.

De fato, a aproximação com as teorias transfeministas de onde esse debate tem emergido pode contribuir enormemente nesse processo.

6. Para finalizarmos, gostaria de saber se você tem algumas sugestões de sites, livros ou filmes que possam contribuir para a análise dos temas corpos em dissidência?

FILMES:

Minha Vida em Cor de Rosa; Tomboy; Meninos Não Choram; Orações Para Bob; Madame Satã; Será que Ele É?; Hoje Eu Quero Voltar Sozinho; Tatuagem; Pride; Moonlight; Alice Júnior.

DOCUMENTÁRIOS:

A Vida e Morte de Marsha Jhonson; Tomba Homem; Meu Eu Secreto; A Revolta de Stonewall; Páris Is Burning.

TEXTOS:

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>

COUTO JÚNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. *Periódicus*, ISSN: 2358-0844, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018, p. 55 – 74. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

FOUCAULT. M.1 *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MENEZES, Cynara. *Como a Igreja arruinou a vida sexual das Américas com pecado, culpa e preconceito*. (2016). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/como-igreja-arruinou-vida-sexual-das-americas-com-pecado-culpa-e-preconceito/> Acesso em 04 mai. 2020.

MOMBAÇA, Jota. *Notas estratégicas quanto ao aos usos políticos do conceito de lugar de fala*. Disponível em: <https://jotamombaca.com/texts-textos/notas-estrategicas/>

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Divas, Divinas e Poderosas: Fragmentos discursivos a respeito da presença de travestis e mulheres transexuais no campo do sagrado*. (2019). Disponível em: <https://peita.me/blogs/news/divas-divinas-e-poderosas-fragmentos-discursivos-a-respeito-da-presenca-de-travestis-e-mulheres-transexuais-no-campo-do-sagrado>> Acesso em 14 out. 2019.

_____. *Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX*. p. 69 – 88. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa... [et al.]. *Corpo, gênero e sexualidade: resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação*. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2018.

_____. *Nem ao Centro, Nem à Margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Salvador: Editora Devires, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. CODESRIA Gender Series, Dakar, v. 1, p. 1-8, 2004.

PATTON, Stacey. Racismo americano. Nos EUA, crianças negras são vistas como ameaças aos brancos. *Brasil 247*, 14 jan. 2015. Disponível em: http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/166470/Racismo-americano-Nos-EUA-crian%C3%A7as-negras-s%C3%A3o-vistas-como-amea%C3%A7as-aos-brancos.htm

SANTOS, Jocélio Teles dos. Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, v.40, n.2, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0034->> Acesso em: 10 set. 2011.

SHIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia), 2015.

Agradeço por você ter se disponibilizado a estabelecer essa conversação *virtual* para compor a sessão de Entrevista da Revista Diversidade e Educação e espero podermos continuar essa conversação por outros meios à distância ou presencial.



Megg Rayara Gomes de Oliveira é graduada em Licenciatura em Desenho e especialista em História da Arte pela Escola de Música e Belas do Paraná; especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná; mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal do Paraná. Está coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná. Está coordenadora de Políticas Afirmativas na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da Universidade Federal do Paraná; Está coordenadora da Comissão de Políticas

Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Está coordenadora dos Consórcios de NEABs da região sul. Discute os seguintes temas: Relações raciais, Arte Africana, Arte Afro-brasileira, gênero e diversidade sexual.